

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.004 - MG (2019/0287044-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **MARIA APARECIDA DO PRADO**
RECORRENTE : **JOSÉ LUIZ DO PRADO**
ADVOGADOS : **MARIO LUCIO QUINTAO SOARES - MG030856**
WILQUER CLAUDENIR FRANCISCO DA LUZ FONSECA -
MG136880N
RECORRIDO : **NÃO CONSTA**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. LITIGÂNCIA SOB A GRATUIDADE DE JUSTIÇA. EXTENSÃO PARA A FASE DE CUMPRIMENTO NO JULGADO. REGISTRO DA SENTENÇA NO CARTÓRIO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO SEM CUSTAS. APLICAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA APARECIDA DO PRADO e OUTRO, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgem contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 165):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE USUCAPIÃO - REGISTRO DA SENTENÇA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - ATO NOTARIAL ESSENCIAL À EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO INICIAL - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - EXTENSÃO AOS EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS E TAXAS ADMINISTRATIVAS - OFICIAL DO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL - SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DOS EMOLUMENTOS - POSSIBILIDADE - EXERCÍCIO REGULAR DO DEVER FUNCIONAL.

1- Segundo o art. 98, § 1º, IX, do CPC, a gratuidade de justiça compreende "os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido".

2- O Provimento 260/CGJ/2013 autoriza ao tabelião ou oficial de registro verificar a veracidade da declaração de pobreza mediante a solicitação de documentos complementares.

No recurso especial, os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 98 do CPC/2015.

Esclarecem que se opõem ao acórdão que lhes negou a concessão da assistência judiciária gratuita para fins de registro do imóvel usucapido no Cartório de Registro de Imóveis (CRI), embora tenham litigado sob o pálio do benefício durante todo o processo.

Afirmam ser absurdo o argumento de que a gratuidade de justiça só vale para a via judicial, devendo outro pedido ser feito na seara extrajudicial. Isso porque esse direito se estenderia para todos os atos para os quais ele foi deferido, inclusive para a efetividade da sentença (e-STJ, fls. 176-192).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 213).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 222-225).

Brevemente relatado, decido.

O acórdão considerou que o indeferimento do registro da sentença no CRI foi adequado, pois, além de conferir efetividade à Lei Estadual n. 15.424/2004, estaria respeitando regramento previsto no Provimento n. 260/2013 da Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais.

Veja-se (e-STJ, fls. 169-171):

Destaca-se, ainda que, conforme Lei Estadual nº 15.424/2004, fica isenta de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária a prática de atos notariais e de registro quando a parte for representada por Defensor Público Estadual ou advogado dativo designado nos termos da Lei nº 13.166, de 20 de janeiro de 1999. Veja-se:

[...]

No entanto, salienta-se que o mesmo artigo, em seu § 1º, condiciona a isenção supracitada a pedido formulado pela parte perante o oficial, e possibilita ao notário ou registrador exigir da parte o pagamento dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária correspondentes quando constatada a improcedência da situação de pobreza:

[...]

Acrescenta-se, ainda, que o Provimento 260/2013 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais dispõe que os tabeliães e oficiais de registro, embora tenham o dever de observar os casos de isenção de emolumentos, podem solicitar a apresentação de documentos que comprovem os termos da declaração de hipossuficiência financeira da parte solicitante e, discordando da alegação de pobreza, poderão exigir da parte o pagamento dos emolumentos e da TFJ correspondentes e até mesmo poderão impugnar o pedido perante o diretor do foro, observado o procedimento previsto nos artigos 124 a 135 do mencionado Provimento. A saber:

[...]

Portanto, conforme bem salientado pelo magistrado de origem, "a exigência formulada pelo Oficial Registrador não é indevida ou exagerada, mas apenas o cumprimento da Lei e da norma regulamentadora".

Nesse sentido, basta que os agravantes comprovem a sua alegada hipossuficiência financeira para custear o registro necessário para que o Oficial Cartorário conceda as isenções pretendidas.

Esse entendimento, todavia, não merece prosperar.

O STJ entende que "a gratuidade de justiça concedida em processo judicial deve ser estendida, para efeito de viabilizar o cumprimento de decisão do Poder Judiciário e garantir a prestação jurisdicional plena, aos atos extrajudiciais de notários e de registradores respectivos, indispensáveis à materialização do julgado. Essa orientação é a que melhor se ajusta ao conjunto de princípios e normas constitucionais voltados a garantir ao cidadão a possibilidade de requerer aos poderes públicos, além do reconhecimento, a indispensável efetividade dos seus direitos (art. 5º, XXXIV, XXXV, LXXIV, LXXVI e LXXVII, da CF/88), cabendo ressaltar que a abstrata declaração judicial do direito nada valerá sem a viabilidade da sua execução, do seu cumprimento. A execução do julgado, inegavelmente, constitui apenas uma fase do processo judicial, nela permanecendo intacta a gratuidade de justiça e abrangendo todos os serviços públicos pertinentes à consumação" (AgRg no RMS 24.557/MT, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 7/2/2013, DJe 15/2/2013).

Na mesma direção:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ATOS REGISTRAIS E NOTARIAIS EXTRAJUDICIAIS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. EXTENSÃO. POSSIBILIDADE. EFETIVIDADE DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E DO PROVIMENTO JUDICIAL EM SI.

1. Esta Corte Superior firmou sua orientação no sentido de que, da cláusula constitucional vertida no art. 5º, inc. LXXVII, retira-se a validade de determinação administrativa ou legal de extensão de gratuidade a atos registrares e notariais que sejam consequência do próprio provimento judicial àqueles que tiveram reconhecido o direito à assistência judiciária gratuita, pois se trata, assim, de garantir não só a efetividade do provimento judicial como também o exercício efetivo do acesso à Justiça. Precedentes.

2. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.
(RMS 29.429/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/11/2010, DJe 12/11/2010)

Superior Tribunal de Justiça

Destarte, como os recorrentes litigaram beneficiados pela gratuidade de justiça, é de reconhecer que esse direito se espraia para a fase extrajudicial em questão. Deve-se, portanto, afastar eventuais óbices ao registro da sentença, inclusive nova comprovação da pobreza no CRI.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para permitir o registro da sentença, sem pagamentos de custas, emolumentos ou comprovação da hipossuficiência.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator